

FARMACOVIGILÂNCIA DE MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS NO MUNICÍPIO DO VALE DO PARAÍSO, RONDÔNIA.

Leandro Peixoto dos Santos¹

Amanda Almeida de Oliveira²

Jeferson de Oliveira Salvi³

RESUMO

Drogas psicotrópicas podem promover alterações de comportamento, humor e cognição, modificando seletivamente o sistema nervoso central. Estudos apontam que a prevalência de uso no Brasil é de aproximadamente 10%. Neste contexto, este estudo buscou realizar um levantamento do consumo de medicamentos psicotrópicos em um município do estado de Rondônia com o objetivo de determinar o perfil dos usuários de psicofármacos, o grau de informação, as principais reações desagradáveis e especialidades médicas que os prescrevem. O estudo foi do tipo transversal descritivo com aplicação de questionário. As variáveis estudadas visavam caracterizar o perfil dos usuários e fatores relacionados a utilização de medicamentos. Os resultados mostraram que as mulheres (59,62%) utilizam os medicamentos psicotrópicos com maior frequência que os homens (40,38%), a faixa etária em evidência foi 41 a 60 anos (44,44%), a maioria dos entrevistados é casada (58,8%), denotou-se que 55,2% não completaram o ensino fundamental e 98,5% dos casos aponta renda familiar de 1 a 3 salários mínimos. A maioria dos entrevistados utiliza medicamentos a mais de 1 ano. A ansiedade é a principal queixa apresentada ao médico. As consultas e os medicamentos são adquiridos em sua maioria no SUS e 97,4% dos usuários não apresentaram reações adversas. A classe medicamentosa mais utilizada é a benzodiazepínica e a prescrição em 68,88% dos casos é feita pelo clínico geral. Verificou-se a necessidade da contratação de profissionais especializados para realizar o acompanhamento dos pacientes e desta forma contribuir para a melhoria dos serviços da saúde prestados a população.

Palavras-chave: Psicofármaco. Vigilância. Serviços de saúde. Dependência.

¹ Farmacêutico formado pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná (CEULJI/ULBRA).

² Farmacêutica formada pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná (CEULJI/ULBRA).

³ Orientador. Farmacêutico formado pela UNIOESTE. Docente do Curso de Farmácia do CEULJI/ULBRA. Especialista em Acupuntura pelo Instituto Brasileiro de Therapias e Ensino (IBRATE) em convênio com a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Mestrando Biologia Celular e Molecular Aplicada a Saúde /PPGBIOSAÚDE/ULBRA.

PHARMACOVIGILANCE OF PSYCHOTROPIC MEDICINES IN VALE DO PARAÍSO CITY, RONDÔNIA.

ABSTRACT

Psychotropic drugs can promote changes in behavior, mood, and cognition selectively modifying the central nervous system. Studies show that the prevalence of use in Brazil is approximately 10%. In this context, this study aimed to survey the consumption of psychotropic medications in a county in the State of Rondônia in order to determine the profile of psychotropic drug users, the level of information, the main unpleasant reactions, and medical specialties that prescribe. The study was a descriptive cross-sectional with questionnaire application. The variables studied were intended to characterize the profile of users and factors related to medication use. The results showed that women (59.62%) using psychotropic drugs more often than men (40.38%), the age range in evidence was 41-60 years (44.44%), the majority of respondents is married (58.8%), it denoted that 55.2% did not complete primary school and 98.5% of cases points household income 1-3 times the minimum wage. Most respondents use medicines to over than one year. Anxiety is the main complaint to the doctor. Consultation and medicines are purchased mostly in the SUS and 97.4% of users showed no adverse reactions. The most widely used drug class is the benzodiazepine and in 68.88% of cases is made by the general practitioner. There was the need for hiring specialized professionals to carry out the monitoring of patients and thus contribute to the improvement of health services rendered to population.

Keywords: Psychotropic. Surveillance. Health services. Dependency.

1. INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Medicamentos determinou que estudos epidemiológicos sobre a utilização de fármacos fossem realizados para promover o uso racional de medicamentos entre os pacientes atendidos no país ⁽¹⁾. Neste contexto, a farmacoepidemiologia, é definida como a área que estuda os efeitos terapêuticos e colaterais das drogas visando compreender a relação risco benefício para os pacientes ⁽²⁾. Já a farmacovigilância é entendida como um instrumento para o monitoramento dos efeitos dos fármacos que fornece dados para os estudos epidemiológicos ⁽³⁾.

No Brasil as ações de farmacovigilância são administradas e incentivadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) através das ações do Sistema Nacional de Farmacovigilância (SINFAV) e do Centro Nacional de Monitorização de Medicamentos que implantou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) através da Portaria SVS/MS nº 6 de 1999 para o monitoramento de classes medicamentosas específicas ⁽⁴⁾.

Os medicamentos psicotrópicos controlados pelo SNGPC classificam-se em “A3”, “B1” e “B2” definidos como substâncias que atuam no Sistema Nervoso Central (SNC), portanto, para a liberação destes produtos é necessário que além da receita médica o paciente esteja portando uma notificação de receita que é o documento que autoriza a dispensação de medicamentos a base de substâncias sujeitas ao controle especial ⁽⁵⁾.

Drogas psicotrópicas podem promover alterações de comportamento, humor e cognição, modificando seletivamente o SNC. Tal efeito depende de fatores como o tipo da droga (estimulante, depressora ou perturbadora), da via de administração, das condições psicológicas e físicas do indivíduo, dentre outros. O uso excessivo e indiscriminado destes, pode resultar na dependência química ou física e sérios danos ao organismo ^(6, 7, 8).

Como medida que busca estimular o uso racional e a execução da farmacovigilância, a prática da assistência farmacêutica pode proporcionar a obtenção de dados epidemiológicos relacionados ao uso de medicamentos psicotrópicos, correspondendo também, às expectativas das políticas públicas atuais.

O objetivo do presente estudo foi realizar um levantamento sobre o consumo de medicamentos psicotrópicos entre os usuários do município do Vale do Paraíso/RO, buscando determinar o perfil dos usuários, o grau de informação em relação aos medicamentos psicotrópicos, as principais reações adversas e especialidades médicas que os prescrevem.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa seguiu um modelo de estudo descritivo de caráter exploratório e transversal, através de levantamento de dados no município de Vale do Paraíso, localizado na porção central do estado de Rondônia, com uma área de 965,676km². O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos do Centro Universitário Luterano de Jiparaná pelo parecer nº 558.116/2014 e autorizado pela secretária de saúde do município.

A população estimada para o ano de 2013 era de 8.425 habitantes ⁽⁹⁾. O cálculo amostral, realizado com auxílio da calculadora on-line de Santos ⁽¹⁰⁾ e nível de significância de 95%, considerou a informação para prevalência da população brasileira que faz uso de fármacos psicoativos de controle especial, como de 9,9% do total ⁽¹¹⁾, portanto, a amostra deveria ser maior que 265 indivíduos.

A coleta dos dados ocorreu entre os meses de junho a agosto de 2014 em estabelecimentos farmacêuticos públicos e privados. Os participantes foram convidados com base no critério da aquisição de medicamentos psicotrópicos nestes locais, a aceitação ocorreu por meio do preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em seguida, foi aplicado um questionário modificado do tipo semiestruturado ⁽¹²⁾. As variáveis estudadas foram: dados de identificação pessoal, informações sobre aquisição e utilização dos medicamentos; e dados da prescrição médica.

Os dados foram tabulados e analisados por meio de estatística descritiva percentual simples com auxílio do Microsoft Excel® (2013) e apresentados em tabelas. O Teste *T de Student* foi utilizado para comprovar a existência de variáveis significativas ($p \leq 0,05$) na amostra estudada com o auxílio do software online Graphpad® versão 6.0.7 (<http://graphpad.com/quickcalcs/ttest2/>).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra do estudo consistiu-se de 270 pacientes, destes, aproximadamente 60% foram mulheres, prevalecendo sobre os dois gêneros a idade de 41 a 60 anos (Tabela 1). Estudos comprovam que a predominância de consumo de psicofármacos por mulheres deve-se ao fato da maior prevalência de transtornos psiquiátricos verificados entre as pessoas desse gênero, além das mesmas terem um maior cuidado com a sua condição de saúde e frequentarem mais os serviços médicos. O aumento no consumo de psicofármacos com a idade parece estar ligado com a maior possibilidade de aparecimento de diversos problemas de saúde, entre os quais aqueles em que se utilizam os psicofármacos como terapia principal ^(13, 14).

A relação do grau de escolaridade com a renda familiar, observada para a maioria, evidencia a necessidade de um maior cuidado no ato da dispensação dos medicamentos por meio da assistência farmacêutica ou execução de um programa de atenção farmacêutica. A primeira através de esclarecimentos oferecidos, ou supervisionados, pelo profissional

farmacêutico no ato da dispensação e a segunda realizada com base em planejamentos que visem atender de maneira personalizada o paciente, considerando a integração de todos profissionais envolvidos com a sua saúde ^(12, 15, 16, 17).

O município em estudo conta com um profissional farmacêutico que se dedica a desenvolver o ciclo da assistência farmacêutica dentro do ambiente hospitalar ⁽¹⁸⁾. Segundo estudos recentes, sobre o exercício profissional da classe farmacêutica, esta muitas vezes se sobrecarrega com atividades administrativas e acaba por não desenvolver seu papel de orientar os pacientes no momento da dispensação, bem como, realizar o acompanhamento farmacoterapêutico e promover o uso racional de medicamentos pela população ⁽¹⁸⁾.

Tabela I – Caracterização do perfil dos usuários. Vale do Paraíso (RO), Brasil, 2014.

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA ABSOLUTA (n=270)	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Gênero		
Feminino	161	59,62
Masculino	109	40,38
Faixa etária		
< 20 anos	4	1,48
21 - 40 anos	93	34,44
41 - 60 anos	120	44,44
61 - 80 anos	49	18,14
> 81 anos	4	1,48
Grau de Escolaridade		
Analfabeto	86	31,85
Ensino fund. incompleto	149	55,2
Ensino fund. completo	20	7,4
Ensino médio incompleto	8	2,9
Ensino médio completo	4	1,5
Superior incompleto	1	0,37
Superior completo	2	0,75
Renda Familiar Mensal		
Menor que 1 salário mínimo	2	0,75
1 a 3 salários mínimos	266	98,5
Não informado	2	0,75

Estado civil		
Casado	159	58,8
Solteiro	40	14,8
Divorciado	37	13,7
Viúvo	33	12,2

A tabela II apresenta os resultados que caracterizam o tempo de uso e o tipo de medicamento psicotrópico entre os usuários do município de Vale do Paraíso. A maior prevalência em tempo de uso é reportada como sendo maior que 1 ano (61%) em muitos estudos ⁽²⁰⁾. Neste ponto vê-se a importância do acompanhamento de profissionais especializados em equipes multidisciplinares, uma vez que, o uso de psicotrópicos pode causar a dependência química, física e psíquica e tratamentos longos colaboram com esse aumento ⁽⁷⁾.

Tabela II – Tempo de utilização de psicotrópicos pelos pacientes entrevistados e principais queixas relatadas ao médico na prescrição. Vale do Paraíso (RO), Brasil, 2014.

Faixa etária	Ansiedad e	Depressã o	Epilepsia	Insônia	Neuralgia s	Outro s	NI
≤ 1	1	1	0	1	2	0	0
1,1 - 5	11	33	3	27	30	8	7
5,1 - 10	10	20	17	18	21	5	9
10,1 - 15	1	11	4	4	11	0	3
> 15	0	2	1	3	0	0	0
NI	2	1	0	0	0	1	2
Total	25	68	25	53	64	14	21

NI: não informado.

Por meio do teste T a análise dos dados revelou uma diferença muito significativa ($p=0,0067$) entre os usuários com menos de 1 ano e os de 1,1 até 5 anos para as principais queixas registradas e uma diferença altamente significativa ($p=0,0003$) ao consideramos o período inferior a 1 ano e o de 10,1 a 15 anos para as queixas da farmacoterapia com psicotrópicos.

A ansiedade, a depressão, as perturbações do sono, a demência juntamente com outras psicoses estão relacionadas aos diagnósticos que mais motivam a prescrição de psicofármacos

na clínica geral. A partir de 1998 a compra de um medicamento psicotrópico só é realizada se o paciente portar junto à receita uma notificação, no entanto, observa-se que a prescrição por parte de clínicos gerais é muito comum e, estes profissionais, apesar de, não serem os especialistas ⁽²¹⁾.

Relacionado à presença de reações desagradáveis 263 entrevistados (97,4%) relataram não terem apresentado nenhum episódio. Das 7 pessoas (2,6%) que expuseram algum tipo de reação adversa a sonolência (42,85%) mostrou-se como a mais comum seguida de náusea (28,57%), dor de cabeça e perda de memória (ambos com 14,28%). Estudos comprovam que a descrição de uma reação adversa está relacionada ao período recordatório, ou seja, se o momento da ocorrência de um episódio for superior a 14 dias ele pode não ser lembrado durante a resposta do questionário. Efeitos colaterais comumente apresentados pelos psicotrópicos são sonolência, confusão mental, amnésia e coordenação motora prejudicada, o que afeta consideravelmente as habilidades manuais. A ocorrência de efeitos adversos é mais comum nos primeiros dias de uso ^(13, 22).

Quando questionados sobre o local onde fazem a consulta a grande maioria (80,37%) declarou que a mesma é realizada no hospital público e nenhum paciente entrevistado relatou não ter se submetido a uma consulta médica. Neste contexto, um valor expressivo dos entrevistados adquire a medicação na farmácia pública (88,52%) em relação aos demais locais (Tabela III). O consumo de psicotrópicos por uma população está vinculado ao sistema público de saúde (82,1%), este fator pode ser explicado pelo fato da baixa renda familiar está diretamente relacionada ao aparecimento de sintomas psicológicos e que levam a prescrição de medicamentos listados na Portaria 344/98 ⁽⁷⁾.

Tabela III – Local de realização das consultas pelos pacientes entrevistados e local onde os mesmos adquirem a medicação. Vale do Paraíso (RO), Brasil, 2014.

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA ABSOLUTA (n=270)	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Local que faz a consulta		
Programa saúde da família	23	8,52
Hospital Público	217	80,37
Centro de Atendimento Psicossocial	9	3,34
Consultório particular	19	7,03
Não faço consulta	0	0

Não informado	2	0,74
Local que pega remédio		
Farmácia Pública	239	88,52
Drogaria	31	11,48
Vizinhança	0	0

Um número expressivo dos entrevistados, 263 pessoas (97,4%), relatou realizar acompanhamento médico regular, enquanto que, 3 pessoas (1,2%) não o fazem. Neste tópico 4 pessoas (1,4%) não quiseram opinar. O retorno ao médico em um a três meses após a primeira consulta é comum (83%), visto que, pacientes com transtornos psicológicos sentem uma necessidade de falar sobre seus problemas e os profissionais de saúde podem ser vistos como uma possibilidade. A necessidade da aquisição de nova receita pode ser apontada como um dos motivos que levam os pacientes a realizarem o acompanhamento regular com o médico ⁽²⁰⁾.

Quando indagados sobre já terem interrompido o tratamento 264 entrevistados (97,78%) disseram nunca terem tomado esta atitude e apenas 6 pessoas (2,22%) afirmaram terem pelo menos uma vez exercido esta prática. As motivações apresentadas foram: testar se ficaria bem (66,67%), falta de receita (16,67%) e presença de reações adversas (16,67%). A divergência entre o número de pacientes que fizeram anteriormente tentativas de interrupção da medicação entre este estudo e os demais pode está vinculada ao fato que o entrevistado sente-se intimidado ao responder esse tipo de questão ⁽²⁰⁾.

Para 140 pessoas (51,85%) a cura é a única forma para deixarem de tomar o medicamento, 87 pacientes (32,22%) acreditavam que é necessária a realização de exames, 42 pessoas (15,55%) pensam que esquecer os problemas é a única solução e 1 pessoa não soube responder. A cura é relacionada por muitos como o único caminho para deixarem os medicamentos. Tal dado tem relação com a presença de fé em um ser superior e que pode operar milagres ⁽²³⁾.

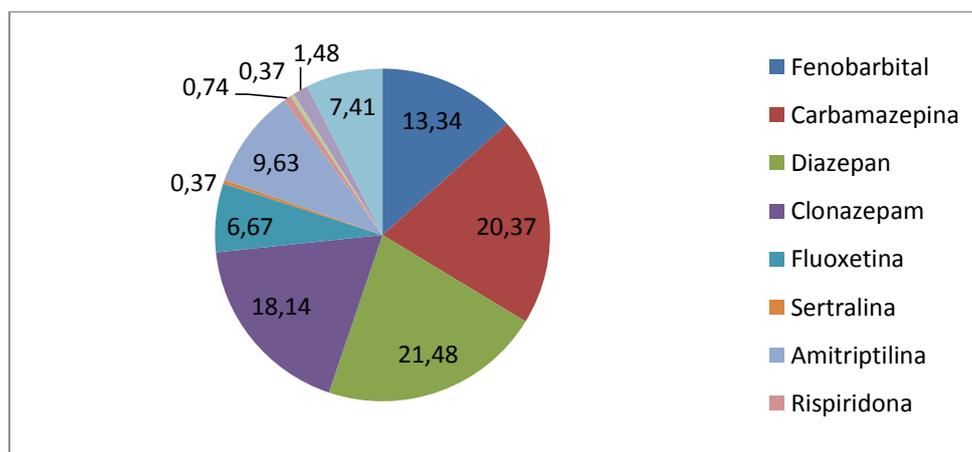
Os psicofármacos são fármacos que atuam no SNC, no entanto, diferem dos psicotrópicos por não apresentar a capacidade neuromoduladora. A exemplo dos inibidores seletivos da receptação de serotonina (IRSS), dos inibidores da monoaminoxidase (iMAO) e antidepressivos tricíclicos, comumente comercializados em farmácias e drogarias, e ainda, os retinóides derivados do ácido retinóico, indicados para casos severos de acne ⁽²⁴⁾.

Os psicofármacos mais utilizados são os benzodiazepínicos e os barbitúricos. Os benzodiazepínicos são medicamentos amplamente prescritos na prática médica, devido aos seus efeitos ansiolíticos, hipnóticos, miorelaxantes e anticonvulsivantes ⁽²⁵⁾ e o seu uso ocorre, principalmente, para o controle da ansiedade e para a indução do sono ⁽²⁶⁾. Os barbitúricos são fármacos com atividade depressora do sistema nervoso central e estão relacionados com elevados números de casos de intoxicações e uso não-médico em vários países ⁽²²⁾.

A Gráfico 1 apresenta os fármacos atualmente em uso pelos entrevistados durante o estudo onde se observou um predomínio da classe dos benzodiazepínicos (grupo de fármacos ansiolíticos utilizados como sedativos, hipnóticos, relaxantes musculares, para amnésia anterógrada e atividade anticonvulsionante) e da classe dos barbitúricos (grupo de substâncias depressoras do sistema nervoso central usadas como antiepilépticos, sedativos e hipnóticos).

Estudo realizado com o objetivo de verificar a associação entre a utilização de psicofármacos e dados sócio demográficos relacionou os fármacos ansiolíticos (40,3%) como os mais utilizados pela população estudada; os antidepressivos (11,3%) e os neurolépticos (1,3%) foram encontrados em menos frequência ⁽²⁷⁾.

Gráfico 1 – Fármaco utilizado pelos entrevistados (%). Vale do Paraíso (RO), Brasil, 2014.



Ao serem questionados sobre a especialidade médica que prescreveu o medicamento em 186 casos (68,88%) os entrevistados relataram terem sido instruídos pelo clínico geral, ou seja, em grande parte dos casos não houve um atendimento especializado. Para 42 pacientes (15,55%) o responsável foi o neurologista, 21 pessoas (7,78%) tiveram contato com o psiquiatra e uma porcentagem igual não opinou nesta questão.

A prescrição de psicofármacos por clínicos gerais é superior a 50% no Sul do País ⁽²⁸⁾. Em municípios pequenos da região Norte do país as prescrições provenientes da rede

pública de saúde são em sua maioria realizadas pela clínica geral o que é justificado pelo fato da escassez de profissionais com especialidade médica na região ⁽²⁹⁾.

CONCLUSÃO

Os usuários de medicamentos psicotrópicos no município de Vale do Paraíso/RO são em sua maioria mulheres, na faixa etária de 41 a 60 anos, casadas, que não completaram o ensino fundamental, que ganham entre 1 e 3 salários mínimos e, geralmente, possuem baixo grau de informação sobre o medicamento em uso. As prescrições medicamentosas foram realizadas por médicos não especialistas e as principais reações adversas apresentadas pelos pacientes foram à náusea, dor de cabeça e a perda de memória.

Verificou-se que será necessária a contratação não só de especialidades médicas e também de outros profissionais de saúde como psicólogos que irão contribuir de forma pertinente para a melhoria do serviço da saúde do município.

A implantação de serviço de atenção farmacêutica pode ser uma alternativa para corroborar o uso racional de medicamentos entre os usuários, além de, contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população que neste estudo apresentou baixo grau de conhecimento sobre o fármaco atualmente em uso.

REFERÊNCIAS

- ⁽¹⁾ BRASIL. Política Nacional de Medicamentos. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de atenção básica – Brasília. Ministério da Saúde, 2013.
- ⁽²⁾ SOUZA, FC et al. Farmacoepidemiologia e uso indevido de anti-hipertensivos no estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Cardiologia*, 2013, 26.2: 90-9
- ⁽³⁾ SOCIEDADE INTERNACIONAL DE FARMACOEPIDEMIOLOGIA (Bethesda) (Org.). *About Pharmacoepidemiology*. 2005. Disponível em: <http://www.pharmacoepi.org/about/index.cfm>. Acesso em 25 de abril de 2014.
- ⁽⁴⁾ BRASIL. Portaria SVS/MS nº 6 de 1999. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de atenção básica – Brasília. Ministério da Saúde, 1999.

- ⁽⁵⁾ BRASIL. ANVISA. Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC). Apresentação. Acesso em 09/08/2013. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/sngpc/apresenta.htm>
- ⁽⁶⁾ SMITH, DE. Editor's note: The process addictions and the new ASAM definition of addiction. *Journal of Psychoactive Drugs*, 2012.
- ⁽⁷⁾ SILVA, TO; IGUTI, AM. Medicamentos psicotrópicos dispensados em unidade básica de saúde em grande município do estado de São Paulo. *Gestão e Saúde*, 2013.
- ⁽⁸⁾ LOPES, LMB; GRIGOLETO, ARL. Uso consciente de psicotrópicos: responsabilidade dos profissionais da saúde. *Brazilian Journal of Health*, v. 2, n. 1, 2013.
- ⁽⁹⁾ IBGE. Resultados do censo 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 25 de abril de 2014.
- ⁽¹⁰⁾ SANTOS, GEO. Cálculo amostral: calculadora on-line. Disponível em: <http://www.calculoamostral.vai.la>. Acesso em: 25 de abril de 2014.
- ⁽¹¹⁾ ALMEIDA, LMD; COUTINHO, EDS; PEPE, VLE. Consumo de psicofármacos em uma região administrativa do Rio de Janeiro: a Ilha do Governador. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(1), 5-16, 1994.
- ⁽¹²⁾ SILVA, DMC. Avaliação do consumo de medicamentos de psicotrópicos no município de Pacatuba. Escola de Saúde Pública do Ceará: Curso de Especialização em Vigilância Sanitária, 2009.
- ⁽¹³⁾ ROCHA, BS; WERLANG, MC. Psicofármacos na Estratégia Saúde da Família: perfil de utilização, acesso e estratégias para a promoção do uso racional. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 11, 2013.

- (14) ALMEIDA, LM; COUTINHO, ESF; PEPE, VLE. Consumo de psicofármacos em uma região administrativa do Rio de Janeiro: a Ilha do Governador. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 1994.
- (15) CESARIV, CLG; AZEVEDO, MB; GOLDBAUMII, M. Transtornos mentais comuns e uso de psicofármacos: impacto das condições socioeconômicas. Revista Saúde Pública, v. 42, n. 4, p. 717-23, 2008.
- (16) CARLINI, EA et al. I Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país. São Paulo: Cebrid/Unifesp, 2002.
- (17) RODRIGUES, MAP; FACHINI, LA; LIMA, MSD. Modificações nos padrões de consumo de psicofármacos em localidade do Sul do Brasil. Revista Saúde Pública, 2006.
- (18) SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Declaração de Funcionários. Vale do Paraíso/RO, 2014.
- (19) OLIVEIRA, AB et al. Obstáculos da atenção farmacêutica no Brasil. Revista Bras. Cienc. Farm., São Paulo, v. 41, n. 4, 2005.
- (20) AUCHEWSKI, LAR; GALDURÓZ, JCF; LACERDA, RBD. Avaliação da orientação médica sobre os efeitos colaterais de benzodiazepínicos. Rev Bras Psiquiatr, 26(1), 24-31, 2004.
- (21) FALCÃO, IM et al. Prescrição de psicofármacos em Medicina Geral e Familiar: um estudo na Rede Médicos-Sentinela. Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, 2007.
- (22) ALMEIDA, RM. Redistribuição postmortem de barbitúricos em tecidos biológicos humanos. 2012. PhD Thesis. Universidade de São Paulo. Faculdade de Ciências Farmacêuticas.
- (23) PINTO, MH et al. O cuidado de enfermagem ao paciente oncológico fora de possibilidade de cura: percepção de um grupo de profissionais. Cogitare Enfermagem, v. 16, n. 4, 2011.

⁽²⁴⁾ MADRUGA, CMD; SOUZA, ESM. Manual de orientações básicas para prescrição médica. Arquivos do CRM-PR, 2012.

⁽²⁵⁾ SOARES, IC.; MARTINS, IL.; CALDEIRA, ES. Perfil dos usuários de benzodiazepínicos da Estratégia Saúde da Família Monte Carmelo. ANAIS DO CBMFC, 2013.

⁽²⁶⁾ SOUZA, ARL; OPALEYE, ES; NOTO, AR. Contextos e padrões do uso indevido de benzodiazepínicos entre mulheres. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2013.

⁽²⁷⁾ SOUSA, M. "Perfil dos utilizadores de psicofármacos na Unidade de Saúde Familiar de Canelas." Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, 2007: 33-42.

⁽²⁸⁾ FALCÃO, IM et al. Prescrição de psicofármacos em Medicina Geral e Familiar: um estudo na Rede Médicos-Sentinela. *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, v. 23, n. 1, p. 17-30, 2007.

⁽²⁹⁾ OLIVEIRA, AA; LIMA, RPA; MARTINS, RM. Análise da qualidade das prescrições médicas de hospital público em Mirante da Serra/RO atendidas em uma farmácia comunitária. *Revista Científica FAEMA*, v.6, n. 1, p. 38-47, 2015.